



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO  
Secretaria Executiva - SEEXEC  
Departamento de Fundos e Investimentos - DFIN  
Coordenação-Geral de Governança de Fundos - CGGF

ATA DA 32ª REUNIÃO - 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ GESTOR DO FUNDO SETORIAL ESPACIAL – CT-ESPACIAL  
EXERCÍCIO DE 2023

Fundo Setorial: CT-ESPACIAL

Reunião: 32ª Reunião - 1ª Reunião Extraordinária do Comitê Gestor do Fundo Setorial Espacial - CT-ESPACIAL

Data da Reunião: 14 de junho de 2023

Horário: 16:30 às 19:15 horas

Local: Sala de Situação, 5º Andar, Edifício Sede do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, Bloco "E", Esplanada dos Ministérios

Presidente do Fundo: Eduardo Soriano Lousada

**MEMBROS PRESENTES:**

NOME	INSTITUIÇÃO
EDUARDO SORIANO LOUSADA	MINISTÉRIO DA CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – MCTI: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO - PRESIDENTE
MAURO BELLINTANI	MINISTÉRIO DA DEFESA - MD
RÔMULO BARBOSA	MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - MCOM
ENIO NASCIMENTO DE CARVALHO	CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPQ
FÁBIO FRANÇA SILVA ARAÚJO	AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB
JULIANO STANZANI,	AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – ANATEL (AUSÊNCIA JUSTIFICADA)
JONAS MAURÍCIO LOPES	EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO
JOSÉ RAIMUNDO BRAGA COELHO	SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA – SBPC (AUSÊNCIA JUSTIFICADA)
JADIR NOGUEIRA GONÇALVES	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE INDÚSTRIA – CNI

**CONVIDADOS E EQUIPE TÉCNICA DO MCTI:**

JEAN ROBERT BATANA	MINISTÉRIO DA CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – MCTI – COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIAS ESTRATÉGICAS - CGTE
SÉRGIO KNORR VELHO	MINISTÉRIO DA CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – MCTI – COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIAS ESTRATÉGICAS - CGTE
WILLIAN ROSPENDOWSKI	FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP
JOSÉ HENRIQUE	FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP
HUDNEY ANTUNES DE JESUS	FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP
DANILO	CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPQ
GIORDANO ALMEIDA DE AZEVEDO	MINISTÉRIO DA CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – MCTI - COORDENAÇÃO GERAL DE GOVERNANÇA DE FUNDOS - CGGF

**PAUTA PREVISTA**

1. Abertura;
2. Apresentação dos membros do Comitê Gestor;
3. Proposta de Reformulação da Portaria 7.252/2019;
4. Proposta de Projetos Estratégicos;
5. Apresentação do panorama orçamentário do Fundo;
6. Orientação do Conselho Diretor do FNDCT ao Colegiado;
7. Deliberação quanto às Alocações do Fundo;
8. Assuntos Gerais.

**RESUMO EXECUTIVO**

**1. ABERTURA**

O Presidente do Fundo deu as boas-vindas a todos os participantes. Informou ainda que, tendo em vista o novo governo que assumiu, o MCTI está implementando mudanças na gestão e metodologia dos Fundos Setoriais de modo a melhorar os resultados para a economia nacional, bem como dar maior prioridade à CT&I.

Após consulta aos Membros, a pauta da reunião foi aprovada, sem modificações.

Informou que a reunião está sendo gravada para fins de registro e, que depois, será apagada.

**2. APRESENTAÇÃO DOS MEMBROS DO COMITÊ GESTOR**

Foi efetuada a apresentação dos Membros Presentes do Comitê, que foram nomeados por meio de portaria específica (Portaria MCTI Nº 7.089/2023, publicada no Diário Oficial da União – DOU nº 106 de 05/06/2023 na Sessão 2, página 9) e dos Convidados dos membros e das equipes técnicas do MCTI.

**3. ALTERAÇÃO DA PORTARIA 7.252/2019**

O presidente do Fundo informou que o MCTI está em processo de reformulação da Portaria MCTI nº 7.252/2019, que acabou por institucionalizar o balcão e favoreceu a pulverização. Isso deu-se pela abertura de possibilidade de proposição de ações, por meio de Cartas Propostas, que em geral eram Encomendas, demandadas por diversos atores do Sistema de CT&I. Reforçou-se que essa proposta irá reduzir em muito a fragmentação e pulverização das ações e gerará um maior impacto econômico e social das ações do FNDCT, bem como facilitar a implementação das ações por parte das agências do fomento do MCTI (FINEP e CNPq).

Em adição, informou-se que tais ações foram detectadas em diagnósticos geral realizados pela equipe de transição para o atual Governo. Para ser terer uma ideia do volume e da pulverização, foram identificados mais de 250 Termos de Referência aprovados nos últimos 2 anos, que, inclusive, comprometeram recursos de anos vindouros. Além disso, gerou cerca de 80 transferências entre o MCTI, FINEP e CNPq. Isso tornou a gestão muito complexa.

Por fim, ressalta-se que esse assunto foi detectado também pelos órgãos de controle que solicitaram providências para evitar tais ocorridos, em especial: fragmentação e ausência de prioridades; alto número de ações e ausência de controle para mitigar essa fragmentação ou duplicação de esforços; e ausência de mecanismos para incentivar projetos de maior porte e estruturantes para o país.

Foi unânime a aprovação sobre a necessidade de mudanças. O presidente do Fundo informou ainda que a nova Portaria deverá ser editada em pouco tempo sem, entretanto, não foi precisada a data de sua publicação.

Nesse contexto, a nova estratégia será centrada na elaboração de Termos de Referência, a partir dos Planos de Investimentos Anuais aprovados pelo Conselho Diretor e pelos Comitês Gestores dos Fundos Setoriais.

O MCTI após debate com a comunidade científica, tecnológica e empresarial estruturou, de forma ainda preliminar, 10 (dez) Programas Estruturantes e Mobilizadores que serão Orientados por Missões, onde as ações de investimentos serão agrupadas e harmonizadas. Isso permitirá reduzir a fragmentação, aumentará a sinergia entre ações e viabilizará a estruturação de projetos com maior impacto na sociedade brasileira.

#### 4. PROPOSTA DE PROGRAMAS MOBILIZADORES E ESTRUTURANTES PARA O PAI

O presidente do Fundo apresentou a proposta inicial de 10 (dez) Programas Estruturantes e Mobilizadores, no âmbito de uma Política Orientadas por Missões (POM). Tais programas passaram por amplo debate no MCTI e no Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Mencionou-se que a ideia dos 10 programas a serem propostos é evitar a fragmentação e concentrar recursos para obter-se resultados tangíveis no âmbito das grandes prioridades nacionais. Para tanto, citou-se que eles foram construídos com base nos eixos estruturantes e nas diretrizes estratégicas da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, definidas no âmbito da Portaria MCTI nº 6.998/2023.

**a) Programa de Recuperação e Expansão da Infraestrutura de Pesquisa Científica e Tecnológica Nacional (Pró-Infra):** Programa integrado de recuperação e expansão da infraestrutura de pesquisa científica e tecnológica no país, focado no apoio às áreas prioritárias da política de reindustrialização nacional e aos programas estratégicos nacionais.

**b) Programa de Inovação para a Reindustrialização Nacional (Mais Inovação):** Programa integrado com articulação de instrumentos variados de apoio à inovação nas empresas para promoção da reindustrialização nacional, com foco nas missões prioritárias de promover o direito à saúde e à segurança sanitária, a transformação digital, a transição energética e a defesa nacional.

**c) Programa de Difusão e Suporte à Transformação Digital (Conecta e Capacita Brasil):** Programa integrado de promoção da conectividade digital em todo o território nacional via infovias estaduais e redes metropolitanas, acoplado à programa massivo de capacitação digital de populações com maior vulnerabilidade socioeconômica e escolas.

**d) Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável da Região Amazônica (Pró-Amazônia):** Programa integrado de desenvolvimento sustentável da Amazônia centrado na recuperação, expansão e consolidação da infraestrutura de pesquisa científica e tecnológica na região, bem como na promoção do conhecimento da sua diversidade biológica e humana e do desenvolvimento de tecnologias e atividades econômicas inovadoras para a exploração sustentável das suas riquezas naturais.

**e) Programa de Repatriação de Talentos (Conhecimento Brasil):** Programa integrado de repatriação de talentos científicos, tecnológicos e inovadores a serem fixados em ICT's e empresas nacionais para desenvolvimento de projetos relacionados às áreas prioritárias da política de reindustrialização e aos programas estratégicos nacionais.

**f) Programa de Apoio a Políticas Públicas Baseadas em Conhecimento Científico (Política com Ciência):** Programa de estruturação de redes cooperativas de pesquisa e de apoio a infraestruturas críticas para a formulação, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas nacionais.

**g) Programa de Apoio à Recuperação e Preservação de Acervos Históricos e Culturais Nacionais (Identidade Brasil):** Programa focado na preservação, divulgação e restauração de acervos históricos e culturais de alto valor para o país, com especial atenção para a digitalização e a constituição de acervos digitais, incluindo a produção de apps e de software.

**h) Programa de Apoio a Projetos Estratégicos Nacionais:** Promover a capacidade e a autonomia científica e tecnológica em setores críticos para a soberania produtiva e tecnológica nacional, envolvendo projetos transversais, como o Reator Multipropósito Brasileiro – RMB, o Projeto de Satélite de Observação Terrestre - Missão CBERS 6, e o Laboratório Nacional de Máxima Contenção Biológica.

**i) Programa de Promoção da Autonomia Tecnológica na Área da Defesa:** Promover a capacidade e a autonomia científica, tecnológica e de inovação em áreas críticas para a defesa nacional e para a segurança, priorizando projetos com tecnologias transversais e arranjos interinstitucionais que possibilitem a superação de entraves e bloqueios, bem como o transbordamento de tecnologias e inovações.

**j) Programa de Ciência, Tecnologia e Inovação para segurança alimentar e erradicação da Fome:** Programa integrado com articulação de instrumentos, visando o desenvolvimento de soluções sustentáveis de combate à fome e à pobreza. Através do apoio a pesquisa e desenvolvimento de bioinsumos e outras soluções para nutrição de plantas, por meio da estruturação dos arranjos produtivos locais e do fomento de novas tecnologias para o aumento da produtividade da agricultura familiar nas diferentes regiões, biomas e sistemas de produção.

O representante do MD solicitou esclarecimentos para o caso do Programa 8, perguntando especificamente se os projetos citados são exemplos ou já foram definidos para esta fase. O presidente do Fundo mencionou que esses seriam os primeiros projetos, mas se houver alguma proposta estruturante, o Comitê do CT-Espacial poderia recomendar. Assim a recomendação seria levada para instâncias superiores da Gestão dos Fundos (no caso o CCF e para o CD).

Para que um projeto seja elegível nesse Programa (ou em outros qualquer), teria que ser uma proposta estruturante e com transbordamentos para outros setores. Um exemplo disso, seria uma proposta para produção de combustíveis de foguete ou um programa de satélites e lançadores.

O representante da AEB sentiu, nos programas 8 e 9, a falta do Programa Brasileiro de Veículos Lançadores. Alguns membros citaram que essa seria uma proposta interessante tendo em vista um grande número de ações atualmente em execução como, por exemplo, foguetes de treinamento, motores de foguete, guiamento de mísseis e foguetes etc.

O representante da CGGF mencionou que seria possível fazer esse tipo de proposição e que a preferência seriam projetos que pudessem ser implementados por chamada pública.

O representante da CNI propôs projetos de sistemas auxiliares e de apoio aos grandes projetos, de modo a convergir esforços e aumentar a participação das empresas e ICTs, principalmente as de pequeno porte. O presidente do Fundo citou que essa mesma proposta foi feita na reunião do Fundo CT-Aero.

O presidente do Fundo mencionou que o Comitê poderia dar sugestões de como estruturar os diversos programas (quais seriam as ações necessárias) – como por exemplo – que necessita desenvolver um radar tipo SAR, que necessita de um laboratório para testes e integração, que necessita formar RH etc.

Houve muito debate e propostas para reformulação desses programas, bem como indicação de possíveis ações para cada um desses programas, que foram compilados mais ao final desta ata.

#### 5. APRESENTAÇÃO DO CENÁRIO ORÇAMENTÁRIO 2023

Coube à FINEP, como secretaria executiva dos Fundos Setoriais a apresentação desse cenário.

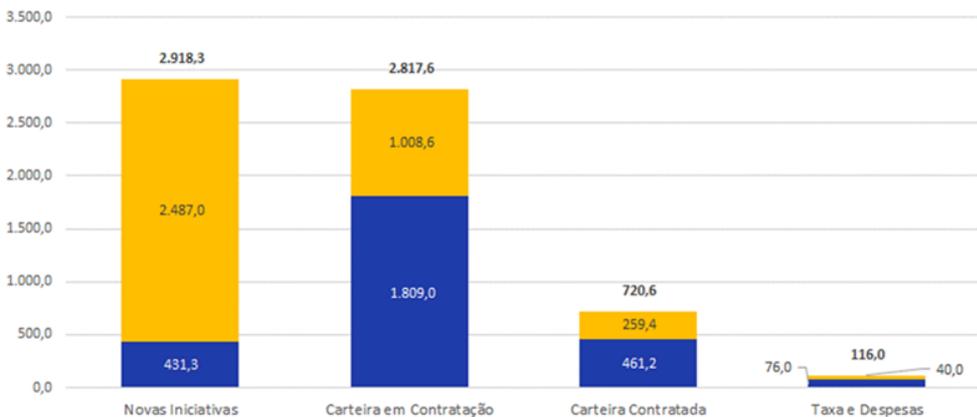
##### 5.1 Apresentação do Resumo da Execução de 2022

Apresentou o resumo da execução orçamentária de 2022, informando que se trata de uma situação de transição em que foi herdada uma série de compromissos de iniciativas aprovadas no PAI 2021-2022. Cita-se que o ano de 2022 iniciou com um orçamento R\$ 4,5 bilhões para não reembolsável, sendo que no decorrer do ano houve um corte de R\$ 1,7 bilhão, restando efetivamente para uso cerca de R\$ 2,77 bilhões, que foi utilizado quase que integralmente para financiar parte do PAI 2021-2022, pois a deliberação foi muito maior que a disponibilidade de recursos.

Por fim, nesse PAI tivemos R\$ 2,9 bilhões de “novas iniciativas”, das quais foram executadas R\$ 431 milhões. Já a carteira “em contratação” atingiu R\$ 2,8 bilhões das quais foram executadas R\$ 1,8 bilhão. Da carteira já contratada de R\$ 729,6 milhões foram executadas R\$ 461,2 milhões. Ou seja, temos uma necessidade para os próximos anos de aproximadamente R\$ 3,7 bilhões, que se constitui na prática um passivo a ser coberto nos anos vindouros.

Posição em: 31/12/2022

Discriminação	Orçamento Aprovado (Atualizado)	Orçamento Cancelado	Orçamento Utilizado	Saldo do Orçamento
Fundos Setoriais	1.150.663.043	(370.420.134)	780.237.661	5.248
Espacial	11.652.283	1.243.718	12.896.000	1
Operações Especiais	972.751.613	(635.128.660)	337.622.951	2
Demais Ações	847.817.871	(149.710.990)	698.106.880	1
Ação Transversal	516.598.036	(173.138.529)	343.459.507	-00
Organizações Sociais	1.040.000.000	(421.932.250)	618.067.750	-00
<b>TOTAL Não Reembolsável:</b>	<b>4.527.830.563</b>	<b>(1.750.330.563)</b>	<b>2.777.494.749</b>	<b>5.251</b>



### 5.2 Construção do Orçamento de 2023

Em suma, após diversas mudanças em diversos momentos (PLOA 2022 e as Leis que modificaram a LOA 2023, bem como as orientações de distribuição da reserva de contingência) a FINEP informou que para 2023 teremos quase 9,958 bilhões para investimentos, sendo 50% direcionados para ações não reembolsáveis e 50% para ações reembolsáveis (crédito).

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	Momento 1 (julho/2022)	Momento 2 (janeiro/2023)	Momento 3 (maio/2023)
	PLOA Aprovada no CD-FNDCT	LOA Aprovada Lei nº 14.535/23	LOA Atualizada (Lei nº 14.577/23)
Fundos Setoriais	2.051.627.762	1.053.071.623	1.696.485.442
Ação Transversal	507.849.363	260.671.924	583.486.543
Operações Especiais	1.298.620.721	666.563.720	996.737.542
Demais Ações	768.135.699	394.273.234	916.414.439
Organizações Sociais	1.000.000.000	513.285.915	785.956.060
<b>TOTAL NÃO REEMBOLSÁVEL</b>	<b>5.626.233.546</b>	<b>2.887.866.416</b>	<b>4.979.080.026</b>
RECURSOS REEMBOLSÁVEIS (EMPRÉSTIMO)	5.626.233.546	2.887.866.415	4.979.080.025
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	4.182.427.220	-
<b>TOTAL DO FNDCT</b>	<b>11.252.467.092</b>	<b>9.958.160.051</b>	<b>9.958.160.051</b>

### 5.3 Resumo da Execução Orçamentária Atual

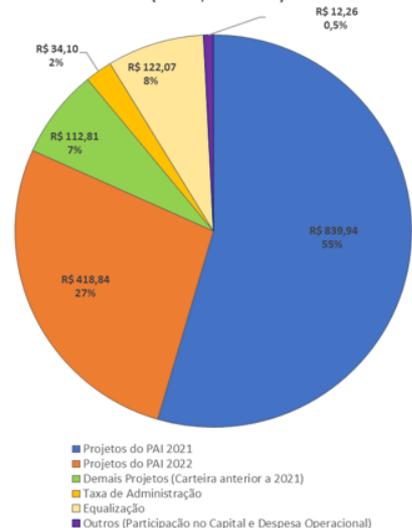
A FINEP informou que o orçamento não reembolsável para 2023 seria de aproximadamente R\$ 4,979 bilhões, sendo que aproximadamente R\$ 1,55 bilhão já foram utilizados ao decorrer do ano em compromissos. Especificamente, tem-se aprovado no orçamento de 2023 cerca de R\$ 40,8 milhões, sendo que neste ano já foram executados cerca de R\$ 27,4 milhões, o que restaria um saldo a executar de aproximadamente R\$ 13,4 milhões

Posição em: 06/06/2023

Valores em R\$ 1,00

Discriminação	Orçamento Aprovado (A)	Orçamento Utilizado (B)	Saldo Orçamento (C = A - B)
Fundos Setoriais	1.696.485.442	882.272.803	814.212.639
Espacial	40.865.410	27.432.074	13.433.336
Operações Especiais	996.737.542	377.440.097	619.297.445
Demais Ações	916.414.439	84.209.542	832.204.897
Ação Transversal	583.486.543	196.096.413	387.390.130
Organizações Sociais - OSs	785.956.060	-	785.956.060
<b>TOTAL NÃO REEMBOLSÁVEL</b>	<b>4.979.080.026</b>	<b>1.540.018.855</b>	<b>3.439.061.171</b>

### Execução Orçamentária 2023 - por ano da carteira (Em R\$ milhões)



### 5.4 Informações do Fundo Setorial Espacial

A Finep informou que, para o CT-Espacial, no âmbito da LOA 2023 tem-se cerca de R\$ 13,43 milhões, sendo que esse valor já foi comprometido com as ações do PAI 2021-2022. Cita-se que essas ações demandariam/demandaram R\$ 121,4 milhões, o que demonstra um sobre investimento nos anos pretéritos. Tais ações são listadas a seguir:

Título da Iniciativa	Status	PAI Ano	Agência	Tipologia	Valor total da ação (R\$ mil)
Desenvolvimento do Motor Foguete a Propelente Líquido L25. Desenvolvimento da Fase 1 (Motores elétricos/Inversores) do Motor Foguete a Propelente Líquido L25.	Contratado	2022	Finep	Encomenda	15.000
SelenITA: uma missão de clima espacial e geofísica para monitorar a Lua.	Contratado	2022	Finep	Encomenda	39.620
Programa Uniespaço	TED em descentralização	2022	CNPq	TED	15.000
Chamada MCTI/FNDCT/CNPq XX/2022 - Desenvolvimento Tecnológico de Cubesats e suas Aplicações às Áreas de Interesse do Brasil.	TED em descentralização	2022	CNPq	TED	6.160
Desenvolvimento avançado dos sensores ionosféricos da Missão espacial EQUARS – Equatorial Atmosphere Research Satellite, com o propósito de investigar e monitorar os fenômenos relacionados ao comportamento da ionosfera terrestre, especialmente na região equatorial.	Contratado	2022	Finep	Encomenda	13.566
Desenvolvimento de Cargas Úteis de Recepção de Sinais Eletromagnéticos para Satélites – LOM Fase 1	Contratado	2022	Finep	Encomenda	28.600
Sistema de Navegação e Controle para aplicação em Veículos Espaciais – SISNAC.	Contratado	2022	Finep	Encomenda	3.500
					<b>121.446</b>

Retirando-se o que foi pago e comprometido nos anos de 2021 e 2022 (e também 2023), têm-se o seguinte comprometimento:

DEMANDA ORÇAMENTÁRIA (COMPROMETIMENTO)		
2023	2024	2025
40.865.410	43.521.568	21.163.022

<b>Espaço para Novas Ações em 2023</b>	<b>0</b>
--	----------

Em suma, a FINEP mencionou que, para o ano de 2023, não estão disponíveis recursos para novas ações, o que reflete (de uma certa forma) a ocorrência de um sobre investimentos no passado, o que não é ruim, mesmo porque ao ver de vários atores da sociedade os investimentos foram acertados. Inclusive a nova administração manteve todos os investimentos desse Fundo. Citou ainda que, a maioria das ações do CT-Espacial, pela sua baixa arrecadação e pelo referido sobre investimento, estão sendo custeadas com recursos próprios dos Fundo.

O presidente do Fundo, explicou que apesar de não existirem Fundos na vertical para serem deliberados, na nova metodologia, o Fundo poderia propor ações nos grandes programas, sendo que cada um desses programas tem o seu próprio orçamento. Exemplo é o programa 8 que tem ações na área espacial com destaque para o CBERS 6 que é uma cooperação Brasil-China.

O presidente do Fundo, consultou o Diretor do Departamento de Investimentos e Fundos sobre a possibilidade de inserir mais um projeto no Programa 8. A resposta foi positiva, tendo reforçado que o programa a ser proposto deve ter características estruturantes para que tenha o perfil para integrar o conjunto de ações elegíveis no referido programa.

O presidente do Fundo e a Finep mencionaram que nesta reunião não seria o momento de definir e alocar recursos em ações específicas, mesmo porque algumas deliberações de temáticas do fundo podem ser absorvidas por outras ações. Além disso, o Fundo não dispõe de recursos.

O representante da CNI e o presidente do Fundo debateram a ideia de propor no Programa 2 (Mais Inovação) uma ação voltada para a indústria aeroespacial. A ideia seria introduzir em um dos editais de subvenção definidos por instâncias superiores, temáticas de interesse do setor espacial, de forma a abrir oportunidades para a indústria nacional.

De forma generalizada, houve um grande debate sobre satélites, lançadores, infraestruturas de solo e aplicativos com o objetivo de reposicionar o Programa 8, pois ao entender de vários membros, em vez de CBERS 6, deveria ser um programa completo de satélites, conforme previsto no PNAE e no PESE. Poderia ter um ainda mais genérico que poderia abordar os lançadores. O presidente do Fundo intercedeu mencionando que não era hora de detalhar as necessidades, tendo em vista que os prazos são exíguos, bem como os 10 Programas ainda estão em estruturação e precisam de um amadurecimento.

## 6. APRESENTAÇÃO DO CENÁRIO TÉCNICO DO CT-ESPACIAL

A equipe técnica da FINEP, responsável pelos setores de Aeronáutica, Defesa e Espaço, apresentou uma lista de projetos, encomendas e editais, que estão na sua carteira na temática espaço.

Instrumento	Demanda	Título	Executor	Valor Finep	Status	Valor Pago
Não Reembolsável a ICTS	ENCOMENDA CT-HIDRO	Avaliação e Seleção de Sensores de uma Missão Espacial para monitorar Recursos Hídricos.	MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS	600.000,00	EM PRESTACAO DE CONTAS	600.000,00
Não Reembolsável a ICTS	Encomendas APDT	Sensores Ionosféricos da Missão EQUARS	MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS	13.566.000,00	EM DESEMBOLSO	6.594.142,54
Subvenção Direta	Satélite de pequeno porte de Observação da Terra de alta resolução	Satélite de pequeno porte de observação de altíssima resolução, utilizando técnicas de super-resolução e sistemas de coleta e fusão de dados.	Visiona Tecnologia Espacial S.A.	219.975.859,35	EM DESEMBOLSO	41.100.070,93
Subvenção Direta	Edital Veículo Lançador	(Em contratação) Veículo Lançador de Pequeno Porte para Lançamento de Nano e/ou Microsatélites	Avibras (em contratação)	189.990.101,08	Em contratação	
Subvenção Direta	Subvenção Econômica à Inovação – 03/2022 Protótipo de foguete de capacitação	PROTÓTIPO DE FOGUETE PARA CAPACITAR CENTROS DE LANÇAMENTO E IMPULSIONAR A INDÚSTRIA NEW SPACE DE LANÇADORES NO BRASIL	DeltaV Engenharia Espacial LTDA	7.799.771,17	EM DESEMBOLSO	1.295.101,36
Não Reembolsável a ICTS	Encomenda - Ação CT-INFRA 2021	LABORATÓRIO DE MONITORAMENTO DE OBJETOS ESPACIAIS	COMANDO DA AERONÁUTICA - INSTITUTO TECNOLÓGICO DE AERONÁUTICA	12.440.000,00	EM DESEMBOLSO	5.990.000,00
Não Reembolsável a ICTS	Encomenda Vertical de Projeto de Pesquisa	Segmento Solo como Serviço - Fase 1	COMANDO DA AERONÁUTICA - INSTITUTO TECNOLÓGICO DE AERONÁUTICA	5.291.980,00	EM DESEMBOLSO	2.645.990,00

A FINEP destacou algumas ações estruturantes, conforme a seguir:

- Edital de Subvenção de Satélite de pequeno porte de Observação da Terra.
- Edital de Subvenção para Veículo Lançador de Pequeno Porte para Lançamento de Nano e Microsatélites; e
- Edital de Subvenção para Protótipos de Foguete de capacitação e Treinamento, que inclusive necessita de mais recursos para que alguns projetos adicionais sejam contratados.

Em seguida, a FINEP apresentou um quadro resumo das ações do CT-Espacial:

Subvenção Econômica:  
R\$ 227,7 milhões  
2 projetos  
Mais um potencial de R\$ 190 milhões

Convênios com ICTs  
R\$ 132,1 milhões  
9 projetos

O representante da FINEP, mostrou que as ações na área espacial estão bem estruturadas e já contemplam a “filosofia” de Programas Estruturantes, na contramão da maioria dos Fundos que pulverizam ações. Isso se deve a uma ação estruturada e coordenada dos diversos órgãos do setor, sob o comando do MCTI, AEB e MD.

O presidente do Fundo lembrou o Programa Inova, em especial o relativo ao Setor de Petróleo e Gás Natural, que carecia de regulamentação específica para uso do poder de compra do Estado. Isso causou muitas desistências de projetos por parte das empresas tendo em vista serem produtos muito específicos.

Reforçou ainda a necessidade de integrar os programas do Governo Federal de modo que as prioridades definidas sejam refletidas nas diversas instâncias, por exemplo, no BNDES, BNB, BRDE etc.

O representante do CNPq informou que seus Editais de Cubesats e Uniespaço, lançados pela agência, foram um sucesso e tem muitos projetos que podem ser financiados pois foram aprovados, mas não se tem recursos suficientes (o chamado P2). O CNPq informou que essa seria uma boa sugestão para alocação de recursos.

O representante da AEB, a pedido do presidente do Fundo, esclareceu que o Uniespaço é um programa da AEB serve para incentivar a pesquisa nas universidades de temáticas de interesse da para espacial de forma a aumentar o interesse.

Os representantes do MCTI, propuseram integrar as pesquisas da área espacial formando uma grande rede, bem como promover olimpíadas setoriais para os segmentos do setor espacial. Isso poderia ser uma ferramenta para promover a capacitação de recursos humanos e criar massa crítica para o setor aeroespacial. Tal abordagem pode interessar inclusive a Secretaria de Inclusão Social.

## 7. ORIENTAÇÃO DO CONSELHO DIRETOR AO COLEGIADO

Apesar de não ter havido um momento específico no âmbito desta reunião, citamos que o presidente do Fundo e a FINEP repassaram as orientações emanadas pelo Conselho Diretor.

Em suma, ao longo da reunião foi informado da importância da agilização das decisões de modo que possamos até o final do mês de junho/2023 enviar para execução o PAI 2023, tendo antes que passar pela aprovação do Comitê Diretivo que é a instância máxima da Gestão dos Fundos Setoriais. Assim, o Colegiado poderia hoje deliberar as grandes linhas, sem pensar em projetos específicos.

Em todos os momentos da reunião, o presidente do Fundo e a CGGF reforçaram a ideia era que o Comitê proponha ações direcionadas para fazer parte do elenco das ações nos 10 (dez) Programas Estruturantes e Mobilizadores. Reforçou-se sempre que isso fortaleceria os programas e reduzirá a pulverização de recursos, em alinhamento com as recomendações dos órgãos de controle.

## 8. DELIBERAÇÃO QUANTO ÀS ALOCAÇÕES DO FUNDO

O presidente do Fundo informou que estava chegando o momento da reunião para que, cada um dos membros, apresentassem as suas propostas de alocação de recursos e priorização de projetos a integrarem os 10 (dez) programas estruturantes propostos pela administração do MCTI. Como o CT-Espacial não teria recursos para alocar, a ideia seria indicar as prioridades e recomendar ações no âmbito desses programas, mesmo porque cada um desses programas tem um orçamento específico, independente de alocação, por parte dos diversos Fundos Setoriais. Reforçou a necessidade de indicação de macro temas e ações mais estruturantes no âmbito desses programas.

Antes de passar a palavra para cada um dos membros, o presidente do Fundo relatou que iria incluir nas contribuições no âmbito do Fundo, as prioridades indicadas pelo Presidente do CNPq, que é um dos maiores especialistas brasileiros na área espacial no rol das indicações do CNPq.

### 8.1 ACADEMIA

- Não havia representantes no momento para contribuição.

### 8.2 CNI

- Seleção de projetos, via edital, com linhas de ação para produtos e sistemas auxiliares e encilares, associados a necessidades e gaps de projetos estruturantes.
- Desenvolvimento de Radar de Abertura Sintética (SAR) para integrar ou CBERS6 e outros satélites.
- Seleção de projetos, via edital, para o Desenvolvimento de Equipamentos, Sistemas de Controle e Componentes Críticos orientados para os projetos estruturantes.
- Oportunizar o setor espacial no programa 2 (Mais Inovação).
- Generalizar o programa de CBERS6 de modo a atender as demandas satelitais do país.
- Incluir o Espaço e suas facilidades como infraestrutura nos diversos projetos.

### 8.3 INFRAERO

- Inserir temáticas da Infraero nos programas de infraestrutura (Programa 2 – Pró-Infra).
- Contemplar temáticas nos editais sobre aeronavegabilidade na Amazônia.

### 8.4 MCOM

- Projetos envolvendo satélites para uso de comunicação na Amazônia.
- Projeto de infovias para conexão no Norte do Brasil, com apoio das redes metropolitanas (faltando as escolas, justiça, hospital etc.) junto ao Programa 3.
- Expandir o conceito do Programa 3 para incluir soluções espaciais como infraestrutura para infovias.
- Projetos para promover a capacitação nacional para uso e aplicações de satélites.

### 8.5 MD

- Necessidade de alteração na redação de diversos programas estruturantes de forma tornarem-se mais perenes. Além disso, dever-se-ia ter um texto referencial para cada um dos 10 Programas.
- Inserir a temática de espaço nos Programas 2 e 3
- Em vez de CBERS6 seria importante um Programa de Satélites para abranger as diversas necessidades e não somente um satélite específico (programa 8).
- Necessidade de investir no CLA que precisa ser renovação, incluindo o segmento de solo (rastreamento, controle, lançamento etc.).
- Muito importante considerar nas ações a participação de empresas de menor porte, que muitas vezes detém tecnologias muito pontuais e de interesse de grandes projetos.
- Ações projetos nas temáticas de propelentes (sólidos e líquidos), guiamento, controle, motores e tecnologias hipersônicas.

### 8.6 AEB

- Inserir no Programa 8 o Programa Brasileiro de Veículos Lançadores, conforme previsto no PNAE.
- Inserir no Programa 2,8 e 9 sistemas que o Brasil teria interesse em ter produção local no âmbito do SGDC 2.
- Inserir proposta para redes de comunicação via satélite para dados, Internet, segurança nacional, coleta de dados etc.
- Considerar o CBERS6 como um projeto mais amplo: Programa Nacional de Capacitação Satelital, em que incluiria o CBERS6 (proposta de vários membros).
- Onde inserir as ciências espaciais, projetos científicos pensando em longo prazo.

#### 8.7 MCTI

- Inserir as tecnologias ligadas ao projeto Artemis que estão sendo discutidas em diversos órgãos (por exemplo agricultura no espaço), citando que o FNDCT já está apoiando o projeto SELENITA.
- Alavancar projetos para um maior uso da Plataforma Multimissão (PMN), bem como atualizar o projeto para outras escalas.
- Continuar e expandir os programas universitário relativos aos Cubesats e ao Uniespaço.
- Destacou a necessidade de conectar as comunidades com tecnologias habilitadoras transversais para aplicações espaciais.

#### 8.8 FINEP

- Adivitar editais de subvenção, como por exemplo, da BID e de foguetes de treinamento

#### 8.9 CNPQ

- Propor uma nova chamada pública na área espacial de itens específicos, como por exemplo para os diversos sistemas auxiliares e encilares em uso nos sistemas especiais, como, exemplo, atuadores, sensores, sistemas de controle etc.
- Ação para lançar satélites estudantis no âmbito das ações do CNPQ (Editais do Uniespaço e CubeSats).
- Ações relativas a controle de satélites (órbita, atitude, sensor de estrelas etc.).
- Programa de desenvolvimento de propulsores eletrostáticos para microssatélites.
- Programa de apoio a missões científicas espaciais.

A Coordenação Geral de Tecnologias Estratégicas fará uma compilação de demandas oriundas dessa reunião, para que possam ser encaminhadas como propostas aos 10 (dez) Programas Estruturantes e Mobilizadores no âmbito de uma Política Orientadas por Missões.

#### 9. ASSUNTOS GERAIS

Foi identificado a necessidade do INPE participar nas reuniões, devido a sua importância no segmento espacial. Todos os membros do Comitê concordaram com esse convite.

Além disso, para as próximas reuniões foi identificada a necessidade de apresentar os principais programas nacionais na área espacial, em especial, o Programa Estratégico de Sistemas Espaciais – PESE (Forças Armadas) e o Programa Nacional de Atividades Espaciais – PNAE (AEB) de modo que as decisões sejam direcionadas e alinhadas com tais políticas públicas.

Foi informado que a Coordenação Geral de Tecnologias Estratégicas (CGTE) do MCTI fará uma compilação de demandas recebidas, para que possam ser encaminhadas como propostas aos 10 (dez) Programas Estruturantes e Mobilizadores no âmbito de uma Política Orientadas por Missões.

#### 10. ENCERRAMENTO

Informou também que os materiais apresentados pelo MCTI serão enviados a cada um dos membros do Comitê.

Não havendo outras manifestações dos presentes, o Presidente do Comitê agradeceu a presença e participação de todos, dando por encerrada a presente reunião.

**Eduardo Soriano Lousada**  
**PRESIDENTE DO COMITÊ GESTOR DO FUNDO SETORIAL ESPACIAL – CT-ESPACIAL**



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Soriano Lousada**, Analista em Ciência e Tecnologia, em 04/06/2024, às 11:43 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **11998292** e o código CRC **1F87E583**.